

REPORT

NOVEMBRO, 2024



INFRAESTRUTURA EM MINAS GERAIS

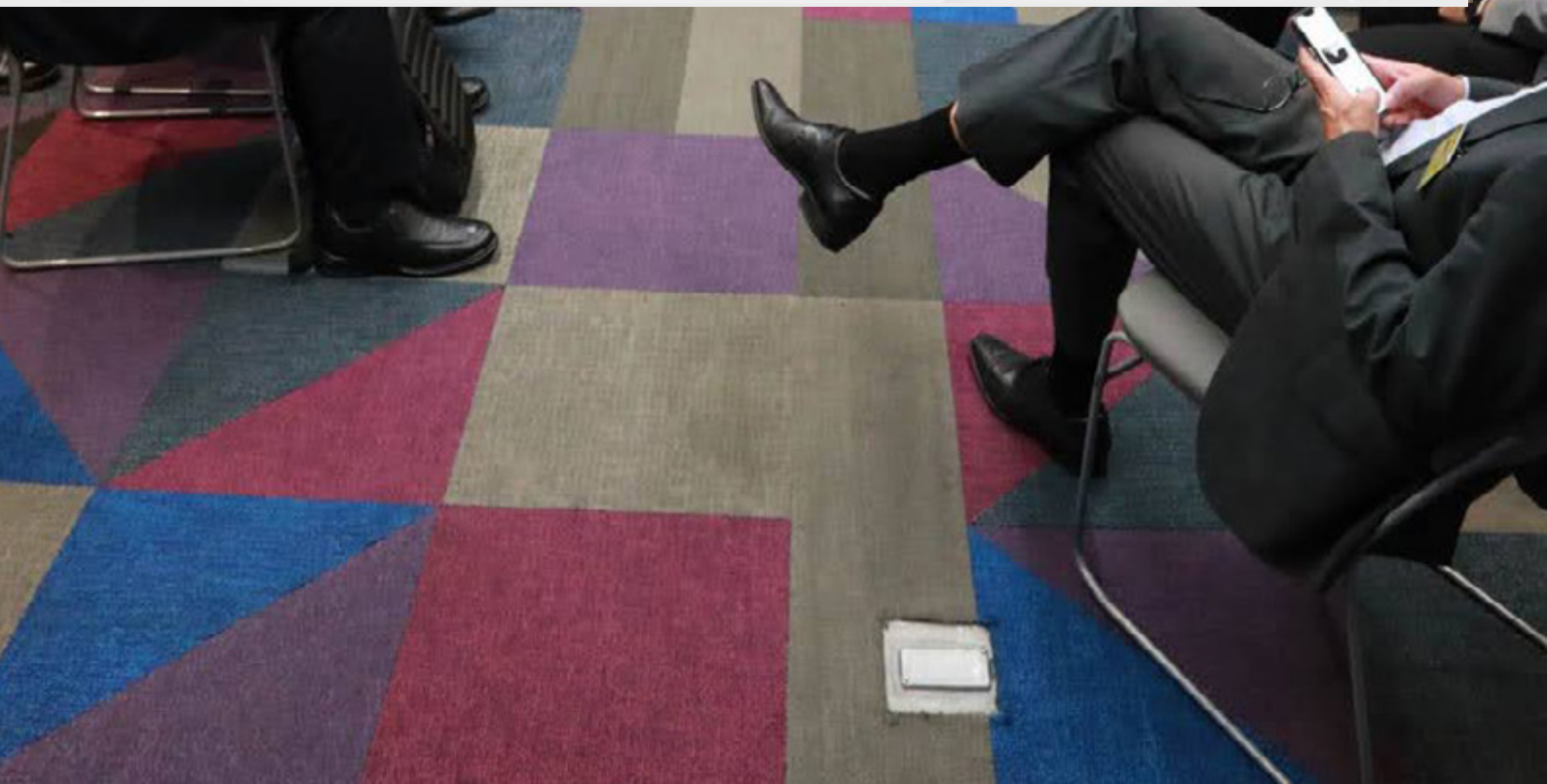
Desafios e oportunidades em saneamento, resíduos sólidos, transportes, mobilidade, saúde, educação, mineração e transição energética

REDAÇÃO: HENRIQUE CISMAN
DIAGRAMAÇÃO: MARCOS FRANCIOZI

GRI *Club*
— INFRASTRUCTURE

Sumário Interativo

- **Bem-vindo ao GRI Club Infra & Energy**
- **Estatais - Prioridades em saneamento, gás natural e estruturação de projetos**
- **A agenda de Minas Gerais para o saneamento básico**
 - Resíduos Sólidos
- **PPPs sociais - Eficiência e qualidade como pilares centrais**
- **O protagonismo de Minas Gerais na transição energética**
 - Descarbonização da indústria
- **Desafios logísticos na mineração**
- **Avanços na mobilidade urbana por meio de PPPs**



BEM-VINDO AO GRI CLUB INFRA & ENERGY

No Infra Minas GRI 2024, com mais de 100 executivos e autoridades presentes, colocamos em perspectiva os gargalos na infraestrutura de Minas Gerais e os investimentos necessários. Os debates destacam o papel vital que as Parcerias Público-Privadas (PPPs) desempenham na modernização e expansão de segmentos essenciais, como mobilidade urbana, saneamento e gestão de resíduos sólidos.

Minas Gerais se posiciona como um estado chave para a evolução de projetos que podem transformar a realidade de milhares de pessoas, gerando impacto social positivo e desenvolvimento econômico. Mas os desafios são evidentes: a necessidade de maior eficiência no transporte público, a modernização da infraestrutura existente e o aprimoramento das políticas regulatórias são alguns deles. Das estatais, espera-se um aumento da competitividade.

No entanto, existem oportunidades claras. A retomada de projetos de mobilidade, como a expansão das linhas de metrô, e o fortalecimento da regionalização em setores como o saneamento e a gestão de resíduos sólidos apontam para um futuro melhor, mais integrado e sustentável.

As próximas páginas desse relatório trazem um resumo dos principais tópicos, as sugestões e estratégias debatidas na atual edição do principal encontro com foco em infraestrutura e energia de Minas Gerais.

Boa leitura!



REPORT

CLUB PARTNERS BRAZIL



SECTORAL CLUB PARTNERS LATAM



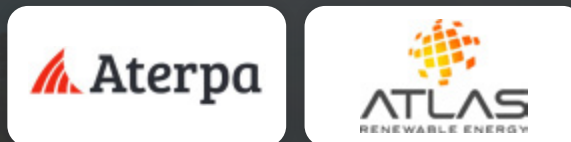
SECTORAL CLUB PARTNERS BRAZIL



LEAD SPONSOR



PROGRAM SPONSORS



NETWORKING SPONSOR



NAMING RIGHTS SPONSORS



CONTRIBUTOR SPONSOR



ESTATAIS - PRIORIDADES EM SANEAMENTO, GÁS NATURAL E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS

O debate sobre o futuro das estatais contou com as presenças do presidente da Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), Guilherme Augusto Duarte de Faria; do CEO da Codemge (Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais), Sérgio Cabral; e do presidente da Gasmig (Companhia de Gás de Minas Gerais), Carlos Camargo de Colón.

Em relação ao saneamento básico, o abastecimento de água encontra-se em patamar avançado nas cidades atendidas pela Copasa, com cerca de 99% da população com acesso - o equivalente a pouco mais de 12 milhões de pessoas. Agora, o foco é melhorar a eficiência do serviço, já que muitas regiões ainda sofrem com a intermitência.

A coleta e o tratamento do esgoto sanitário são oferecidos a cerca de 76% da população que utiliza os serviços da estatal, e a meta é alcançar os 90% até 2033, conforme estipulado pelo novo marco regulatório do saneamento. Os investimentos da Copasa em Capex vêm crescendo significativamente nos últimos anos, alcançando R\$1,7 bilhão em 2023, e com uma estimativa de R\$1,9 bilhão este ano.



Além de aumentar o montante investido, a empresa também realizou uma reestruturação organizacional em busca de maior eficiência na alocação de recursos e na execução de obras, segundo o presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria.

Embora o atual governo estadual, liderado por Romeu Zema, esteja inclinado à privatização da companhia, o foco continua no longo prazo, com alguns contratos previstos para os próximos 50 anos. Em cidades cujos contratos venceram, a Copasa está participando dos novos processos licitatórios. A estatal também tem realizado aditivos nos contratos antigos para incorporar exigências do novo marco regulatório.

Dentre os principais projetos em andamento, destacam-se a ampliação da estação de tratamento de água em Belo Horizonte e a revitalização do Rio das Velhas, crucial para a segurança hídrica da região. O presidente da Copasa aponta para uma escassez de projetos estruturados para licitação, fato que, segundo ele, “impede que a empresa atinja seu pleno potencial de execução”.



Outra estatal, a Gasmig está focada no adensamento das redes existentes, além da interiorização dos serviços. A empresa tem mais de 7,5 mil quilômetros de rede instalada para distribuição de gás natural, atendendo 48 municípios. Dentre as prioridades no médio prazo, destacam-se a expansão para cidades com alta demanda energética que ainda não são abastecidas e a diversificação de fontes, como a exploração do biometano, visando melhorar a competitividade e os preços para os seus clientes.

Após décadas com investimentos médios na casa dos R\$50 milhões anuais, a Gasmig aumentou esse montante para R\$300 milhões no ano passado e planeja investir R\$5 bilhões nos próximos dez anos, o que equivale a R\$500 milhões anuais. O plano de expansão mira o sul de Minas Gerais e a construção de um novo gasoduto ligando Betim a Divinópolis.

Por sua vez, a Codemge está se reposicionando para ser uma “fábrica de projetos” de infraestrutura a nível estadual. A companhia já desempenha um papel importante como parceira de secretarias estaduais e municípios na elaboração de projetos em áreas como turismo, saúde, educação e saneamento, além de estar envolvida em processos de privatização de ativos, concessões e PPPs, a exemplo do Parque das Águas de Caxambu.

Também vale destacar a atuação da estatal no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões com menor cobertura de saneamento básico. Segundo a companhia, recursos provenientes da privatização e concessão de ativos estão sendo utilizados para viabilizar PPPs e investimentos públicos em infraestrutura nas áreas mais carentes.



A AGENDA DE MINAS GERAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO

A regionalização é apontada como caminho imprescindível para que municípios menores alcancem a universalização até 2033. Como eles têm menor capacidade técnica e financeira, a criação de consórcios e unidades regionais talvez seja a única solução viável para atrair investimentos privados, compartilhando a infraestrutura e gestão dos serviços de água e esgoto.

Embora Minas Gerais tenha sido pioneira na proposta de regionalização, o projeto de lei que propunha a criação de 22 unidades regionais foi arquivado na Assembleia Legislativa. Atualmente, o governo estadual trabalha para desarquivar o texto e reavaliá-lo com possíveis melhorias.

Municípios que operam o saneamento por meio de autarquias têm apresentado resistência à regionalização, preferindo manter a gestão local. No entanto, a falta de recursos e a necessidade de melhorar a eficiência evidenciam que as autarquias precisam se adaptar e otimizar a gestão, sob pena de não conseguirem alcançar as metas do novo marco regulatório.

Por outro lado, a regionalização precisa dar incentivos para ter a adesão dos municípios. Há exemplos de sucesso em outros estados, como São Paulo, que incluem queda nas tarifas, repasse dos valores de outorga e a garantia do alcance da universalização no prazo previsto - ou até mesmo antes.



A Arsae (Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais) tem monitorado as discussões sobre a regionalização e contribuído com estudos e informações para o governo. Neste sentido, investidores presentes frisam a importância da previsibilidade regulatória e da segurança jurídica. “Os contratos devem ser claros em relação à matriz de riscos, incluindo questões como variação no volume de água e responsabilidade pelo tratamento do esgoto”, ilustra um executivo.

Vale lembrar que a cobertura dos serviços - especialmente relacionados ao esgotamento sanitário - ainda é baixa, com apenas metade dos municípios possuindo unidades operacionais de tratamento de efluentes. A escassez de subvenções e financiamentos a fundos perdidos é outro obstáculo. Prefeituras e autarquias frequentemente encontram dificuldades para obter o orçamento necessário aos investimentos em saneamento.

Consórcios como o CISAB Sul estão desempenhando um papel importante na articulação com municípios menores. Tal modelo é apontado como uma alternativa para viabilizar investimentos no setor. O município de Nepomuceno é um bom exemplo: após uma série de conversas, a administração local finalmente aceitou fazer parte de um consórcio, melhorando o atendimento dos serviços.



Outro caminho possível, a privatização de empresas públicas do setor (que difere, portanto, da concessão e da PPP) enfrenta bastante resistência dos prefeitos, que temem a perda de controle sobre os serviços de saneamento.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Em termos regulatórios, o setor conta com duas normas de referência publicadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), uma focada na cobrança de taxas e tarifas para o manejo dos resíduos sólidos e outra que traz as condições gerais do manejo e da limpeza pública. Uma terceira norma está prevista para o final de 2024 com os parâmetros de qualidade e indicadores para a gestão dos resíduos sólidos.

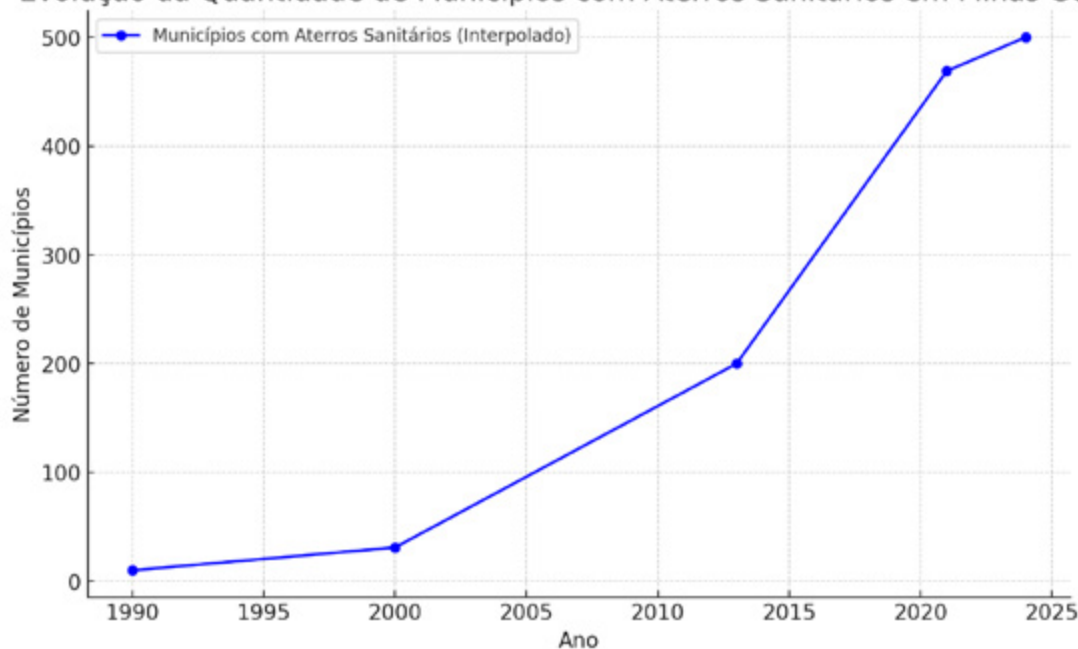
Representantes da ANA destacam a importância de que sejam implementados valores adequados de cobrança pela prestação dos serviços relacionados aos resíduos sólidos, de modo que seja garantida a sustentabilidade financeira. Neste sentido, municípios que não instituírem uma taxa ou tarifa não poderão receber recursos federais.

Em relação às medidas de apoio e financiamento público, consórcios como CISAB Sul e Codanorte já contam com linhas de crédito oferecidas pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e pelo BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) para a estruturação de projetos de concessão no setor. A regionalização - semelhante às propostas para água e esgoto - é uma alternativa para melhorar a gestão dos resíduos sólidos, especialmente em municípios menores.



Segundo executivos do setor privado, o conceito de lixo precisa ser repensado. “Ao invés de apenas retirar o lixo das ruas, é preciso entender que os resíduos sólidos podem ser matéria-prima valiosa, se forem reciclados e reaproveitados. Isso gera valor, emprego e renda, além de reduzir o volume de aterros sanitários no país”, afirma o presidente de uma empresa atuante no setor.

Evolução da Quantidade de Municípios com Aterros Sanitários em Minas Gerais



Fonte: Estado de Minas, FEAM, G1, Hoje em Dia

Representantes de ambas as esferas (pública e privada) concordam que a mudança de comportamento da população é necessária para aumentar a reciclagem e a separação de resíduos. Sem uma educação adequada e uma participação ativa dos cidadãos, será difícil atingir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Esse novo paradigma passa pela inclusão dos catadores de materiais recicláveis nas soluções de gestão dos resíduos sólidos. Associações e cooperativas podem ser integradas aos processos de triagem e reciclagem, incluindo também a compostagem de resíduos orgânicos. Dada a característica rural e agrícola de muitas regiões de Minas Gerais, a compostagem é uma solução promissora: ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de aterros sanitários, produz adubo para ser utilizado na agricultura local.

Alguns consórcios também estão explorando o uso do Combustível Derivado de Resíduos (CDR), tecnologia que transforma os resíduos que não são orgânicos nem podem ser reciclados em combustível para alimentar indústrias, como a cimenteira. Parcerias com indústrias de Minas Gerais estão em andamento, segundo executivos presentes. O fator limitante é o alto custo dos equipamentos.

PPPs SOCIAIS - EFICIÊNCIA E QUALIDADE COMO PILARES CENTRAIS

Após algumas experiências exitosas espalhadas pelo Brasil - com destaque para Minas Gerais -, está em curso uma mudança de perspectiva para as Parcerias Público-Privadas (PPPs). Se antes o principal vetor era viabilizar investimentos diante da incapacidade de o Estado realizá-los, hoje o foco está na eficiência e qualidade da prestação de serviços de interesse público, como saúde, educação e segurança. “As PPPs não são mais vistas apenas como concessões, e sim como instrumentos de gestão para garantir serviços de qualidade”, resume um participante.

Ao longo do debate, foram mencionados alguns exemplos de sucesso tanto em Minas Gerais quanto em outros estados brasileiros. Escolas e hospitais geridos sob o modelo de PPP apresentam qualidade bastante superior à média das unidades tradicionais - 100% geridas pelo poder público.

Em Minas, vale mencionar a Saúde BH, com o objetivo de beneficiar 800 mil habitantes da capital por meio da construção e administração de 59 centros de saúde durante 20 anos (a primeira unidade foi entregue em 2019); e a Inova BH, na área da educação, com o objetivo de construir e administrar 55 escolas também pelo prazo de 20 anos, beneficiando em torno de 25 mil crianças, jovens e adultos do sistema de ensino público de Belo Horizonte (a primeira unidade foi entregue em 2013).



Fonte: Wirestock/Envato

O governo estadual tem projetos de PPP em estruturação para ambas as áreas. Além da barreira cultural e da oposição político-ideológica, um dos principais desafios é garantir que os projetos sejam atrativos para a iniciativa privada, ao mesmo tempo em que entregam infraestrutura de qualidade para a sociedade, com um custo menor para os cofres públicos devido à aplicação eficiente dos recursos.

O BNDES tem sido um dos principais parceiros na estruturação e no financiamento de PPPs no Brasil, e agora será o agente financeiro do Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social, recém-criado pela Lei Federal nº 14.947. A expectativa é de que sejam destinados R\$10 bilhões para o novo fundo já em 2025. Os recursos devem ser destinados a projetos de educação infantil, educação fundamental e ensino médio; atenção à saúde primária e especializada; e em ações de gestão da segurança pública.



Assinatura da Lei Federal que cria o Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social.
Foto: Ricardo Stuckert/PR

Além de crédito subsidiado, outro ponto relevante para os investidores do setor são as garantias oferecidas em contrato. A PPP do Complexo Hospitalar Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, é apontada como um caso de sucesso no que tange à estruturação das garantias. A licitação foi realizada em agosto de 2023 para um contrato de 30 anos, com R\$850 milhões em investimentos previstos.

Os executivos destacam a dificuldade de escalar as PPPs sociais - a maioria dos projetos é pontual e irreplicável. O governo de Minas Gerais, por exemplo, tem procurado expandir os modelos bem-sucedidos na área da educação. Atualmente, uma ínfima fração dentre as mais de três mil escolas estaduais faz parte de uma PPP. A questão é como escalar o modelo mantendo os custos atrativos.

A fiscalização e verificação independentes para garantir que os contratos sejam cumpridos por ambas as partes é um ponto de atenção. “Essa verificação deve ser feita por empresas especializadas que possam atuar de forma neutra, garantindo que tanto o poder público quanto o privado cumpram suas obrigações”, diz um executivo. A tecnologia pode ser uma aliada: nas escolas, QR Codes já estão sendo utilizados para otimizar a gestão das demandas de manutenção.

O PROTAGONISMO DE MINAS GERAIS NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Minas Gerais se destaca dentre os estados brasileiros quando o assunto é transição energética: são mais de 9GW de capacidade instalada para geração de energia solar, número que o coloca na liderança nacional e à frente de 150 países. Além disso, Minas Gerais foi o primeiro estado brasileiro a assinar o compromisso de zerar as emissões de gases do efeito estufa até 2025, reforçando seu protagonismo.

A matriz energética de Minas é bastante diversificada, incluindo uma grande capacidade de geração hídrica, que representa 12% do total nacional. Embora o foco nos últimos anos tenha sido fomentar o crescimento de novas fontes renováveis, os investimentos em barragens e reservatórios continuam essenciais para garantir uma matriz sustentável e eficiente.

Os executivos também destacam o potencial de Minas Gerais para se tornar o principal “hub” do hidrogênio verde no Brasil, especialmente pela isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) sobre eletrolisadores - assim como ocorre na importação de equipamentos solares e eólicos.



Além disso, a grande quantidade de minas de lítio na região do Jequitinhonha permite o desenvolvimento de baterias e tecnologias associadas. Um bom exemplo é a parceria entre CBMM e Toshiba para a produção de baterias com óxidos de nióbio e titânio, que permitem recargas ultra rápidas para veículos elétricos.

Também vale ressaltar que Minas Gerais se antecipou ao governo federal ao implementar a Política Estadual do Hidrogênio de Baixo Carbono, em julho de 2024. Tal avanço regulatório é visto pelos investidores como um diferencial competitivo. Poucas semanas após o movimento mineiro, o governo federal sancionou a Lei 14.948, que regulamenta a produção de hidrogênio verde no país.

Apesar do pioneirismo e da liderança de Minas Gerais, persistem como obstáculos relevantes as longas aprovações para novos grandes projetos, incluindo usinas hidrelétricas e PCHs (pequenas centrais hidrelétricas). Especificamente na geração solar, o Tribunal de Contas da União se posiciona criticamente ao modelo de geração distribuída - que representa 4GW em Minas - alegando uma alocação inadequada de benefícios e isenções fiscais.



Para o setor privado, esse posicionamento é um fator de insegurança jurídica que pode reduzir o apetite para novos investimentos: “O setor precisa de previsibilidade e segurança jurídica para que novos modelos de negócio possam se desenvolver sem mudanças abruptas de regras, o que atualmente cria um clima de incerteza”, afirma um executivo.

Descarbonização da indústria

Indústrias cimenteiras e siderúrgicas - que têm forte presença em Minas Gerais - estão entre as que mais emitem gás carbônico e têm dificuldades para descarbonizar suas operações. Neste sentido, autoridades e players privados concordam que o estado tem um papel crucial na criação de políticas de incentivo aos créditos de carbono, medida fundamental para financiar projetos de transição energética no segmento industrial.

Essa transição depende de investimentos em modernização e retrofit das indústrias que requerem grande consumo de energia, com foco em aumento da eficiência e redução dos desperdícios.

A mineração é apontada como um dos pilares em potencial para o protagonismo de Minas Gerais na transição energética. Embora ainda seja um grande desafio, também representa uma oportunidade dada a sua importância para o desenvolvimento de tecnologias de hidrogênio verde e biofertilizantes.



DESAFIOS LOGÍSTICOS NA MINERAÇÃO

A relevância de Minas Gerais na mineração nacional é comprovada pelos números: o estado representou 42% do faturamento nacional no setor entre janeiro e junho de 2024, com destaque para o minério de ferro, no qual Minas representa 62% de toda a produção brasileira.

Esses números poderiam ser melhores, não fossem pelos gargalos na infraestrutura logística. Durante a reunião, destacou-se que estão previstos em torno de 17 bilhões de dólares em investimentos logísticos para escoamento da produção mineral até 2028. O modal ferroviário é apontado como a principal solução para uma logística mais eficiente e sustentável.



Fonte: IBRAM, Brasil Mineral

“A ferrovia oferece vantagens como menor emissão de carbono e maior capacidade de escoamento, além de evitar o congestionamento de rodovias”, afirma um executivo do setor. Hoje, as rodovias são o modal mais utilizado no país, responsáveis por transportar quase 70% da carga.

A baixa qualidade das rodovias em Minas Gerais resulta em um elevado número de acidentes, como na BR-040 (que liga Brasília e Rio de Janeiro, cortando o estado mineiro) e na BR-381 (que liga os estados de São Paulo e Espírito Santo, também

com sua maior extensão em Minas Gerais). Além de investimentos para melhorar esse cenário, executivos destacam a importância de interligar rodovias e ferrovias.

Representantes do Governo do Estado de Minas Gerais presentes no encontro afirmam que a Invest Minas (Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais) está coordenando ações com outras secretarias para incentivar o desenvolvimento dessa infraestrutura. O projeto Vale do Lítio, lançado oficialmente em maio de 2023, em Nova Iorque, é apontado como um exemplo de esforço integrado para desenvolver a infraestrutura logística e energética de Minas.

O setor privado reclama da burocracia e da falta de incentivos para a construção de novos terminais ferroviários. As short lines aparecem como uma alternativa eficiente para conectar pequenas minas às grandes ferrovias - o modelo é amplamente adotado nos Estados Unidos e foi viabilizado no Brasil em 2021, com a Lei 14.273, mas ainda não deslançou.

Em setembro, o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, anunciou em audiência pública da Câmara dos Deputados a intenção de ajustar alguns pontos da nova Lei de Ferrovias para destravar projetos e viabilizar investimentos, especialmente no modelo de autorizações ferroviárias. A principal mudança pretendida consiste na permissão para o aporte de recursos públicos nessas obras, que hoje cabe exclusivamente ao privado.

Tal ajuste agrada ao setor, que enfrenta dificuldades para bancar os projetos sozinho, dado o longo prazo de execução e a baixa rentabilidade. Desde 2021, a ANTT recebeu mais de 100 requerimentos de autorizações ferroviárias, que resultaram em 45 contratos e mais de R\$240 bilhões em investimentos previstos para 12 mil km de trilhos; até agora, porém, apenas dois projetos saíram do papel.



AVANÇOS NA MOBILIDADE URBANA POR MEIO DE PPPs

Os debates sobre a mobilidade urbana em Minas Gerais - especialmente na região metropolitana de Belo Horizonte - contaram com a presença do secretário de Estado Adjunto de Infraestrutura e Mobilidade, Pedro Calixto. A autoridade reconhece que a deficiência no transporte público tem gerado impactos negativos na economia mineira e na qualidade de vida dos usuários. O aumento no uso de transportes por aplicativo e carros particulares em detrimento do transporte público é um reflexo da insatisfação da população com o sistema de transporte coletivo atual.

Mas há indícios de que a situação vai melhorar: após 20 anos sem investimentos significativos em transporte sobre trilhos, Minas Gerais está retomando obras importantes, como a linha 2 do metrô de Belo Horizonte. Em março de 2023, o sistema foi concedido à iniciativa privada para um contrato de 30 anos no modelo de PPP, com R\$3,9 bilhões em investimentos previstos no período. A tão esperada linha 2 vai interligar a linha 1 até o Barreiro, com 10,5 km de extensão. O cronograma indica que a operação do novo traçado terá início em 2028.

Em paralelo, o Codemge está estruturando junto ao governo federal o projeto para a construção da linha 3 do metrô, que ligará a capital ao vetor sul da região metropolitana, incluindo os municípios de Brumadinho, Nova Lima, Raposos e Rio Acima. O governo de Minas pleiteia o aporte de R\$5 bilhões do governo federal para viabilizar a execução da obra.



Investidores presentes destacam a importância de que os projetos sejam atrativos e bem estruturados para atrair o capital privado nas PPPs. O projeto da linha 2 do metrô foi apontado como um bom exemplo, pois embora complexo, trouxe flexibilidade para a participação privada.

Além do metrô, o governo estadual está renegociando contratos de transportes sobre rodas a fim de modernizar mais de metade da frota de ônibus, bem como estabelecer novas metas e indicadores de qualidade, além de aprimorar o equilíbrio econômico das concessões. Em relação à infraestrutura complementar, o objetivo é construir novos terminais e corredores metropolitanos, como o BRT na avenida Amazonas, cujas obras estão previstas para iniciar em 2026 - a licitação para escolha da concessionária já foi realizada.

A integração entre os sistemas de transporte, especialmente linhas de metrô e ônibus, é outra medida essencial para melhorar a mobilidade em Minas Gerais. O governo estadual diz estar desenvolvendo uma autoridade metropolitana de transportes para unificar a gestão dos sistemas, que atualmente é fragmentada em diferentes entes federativos.

Também está em andamento a criação do Plano Estadual de Logística e Transportes, cujo primeiro workshop foi realizado em janeiro, e a previsão é de que os estudos sejam concluídos em até 18 meses (meados de 2025). “Uma das potencialidades após a elaboração do plano é a atração de investidores da iniciativa privada para o financiamento das obras de infraestrutura, como a construção de novas rodovias e melhorias da malha já existente, necessárias para tornar Minas Gerais ainda mais competitivo”, afirma o Governo do Estado de Minas Gerais.

Em relação à descarbonização do transporte público, executivos ressaltam a dificuldade para escalar projetos de eletromobilidade, que vão desde a ausência de infraestrutura suficiente para carregar grandes frotas de ônibus elétricos até a escassez de financiamento direcionado para esses projetos.

[CLIQUE AQUI E CONFIRA TODAS AS FOTOS DO INFRA MINAS GRI 2024.](#)

GRI *Club*

Fundado em 1998 em Londres, o GRI Club atualmente reúne mais de 18.000 executivos seniores em 100 países, atuando nos mercados de Real Estate e Infraestrutura.

O modelo inovador de discussão do GRI Club permite que todos os executivos participem livremente, promovendo a troca de experiências e conhecimentos, networking e geração de negócios.

Os membros do Club também têm acesso a uma plataforma exclusiva para visualizar mais informações sobre os executivos e suas respectivas empresas, organizar reuniões e ter acesso irrestrito a todo o nosso conteúdo.

MAIS INFORMAÇÕES



MOISES CONA

Partner | Head of Infrastructure
moises.cona@griclub.org

GRI Club

— INFRASTRUCTURE



GRI Club Infra



GRI Club



@griclub.infra

griclub.org